

PROJETO UNAÍ: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Obra resenhada:

OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de; XAVIER, José Humberto Valadares; ALMEIDA, Suênia Cibeli Ramos de; SCOPEL, Eric. **Projeto Unai**: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 264 p.

Selma Lúcia Lira Beltrão¹

Um mergulho na historiografia recente da modernização da agricultura no Brasil é suficiente para compreender por que grande parte da agricultura familiar do País não teve acesso às mudanças tecnológicas e à entrada em novos mercados, passando a ser considerada inviável por alguns setores do campo.

O livro *Projeto Unai: pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária* resgata os fatores que afetaram o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e sistematiza a experiência de um projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) iniciado em 2002, no Município de Unai, MG, com e para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no contexto da reforma agrária, na tentativa de experimentar, por meio de métodos participativos, inovações técnicas, sociais e econômicas destinadas a resolver os problemas reais dos assentados.

O trabalho realizado em Unai representa a dedicação de pesquisadores de diversas instituições², cujo perfil e metodologias adotadas buscam a

¹ Jornalista, Mestre em Desenvolvimento Sustentável, analista da Embrapa Informação Tecnológica, Parque Estação Biológica (PqEB), Av. W3 Norte (final), Asa Norte, CEP 70770-901 Brasília, DF. selma.beltrao@embrapa.br.

² O projeto envolve equipes de trabalho da Embrapa Cerrados, da Universidade de Brasília (UnB), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR 28 do Incra), o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad) e instituições locais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Unai, a Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola de Unai), associação dos assentados, Cooperativa Agropecuária de Unai Ltda.(Capul) e a Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (Factu).

interação entre interesses econômicos e sociais para encontrar alternativas para os agricultores familiares e assentados e, assim, resgatar a valorização dos agricultores como sujeitos do seu desenvolvimento.

São sete capítulos que relatam diferentes temas desenvolvidos no Projeto Unai para responder aos desafios do desenvolvimento rural sustentável (DRS) dos assentamentos da reforma agrária, tais como sistemas produtivos, processos organizativos, mercado, conservação de recursos naturais, formação integral, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

No **capítulo 1** – *Antecedentes e articulação entre as instituições participantes*³ –, são descritas as articulações que se formaram em torno do Projeto Unai, provando que é possível fazer pesquisa científica em assentamentos da reforma agrária, desde que as metodologias adotadas sejam adaptadas à realidade dos agricultores e possam produzir conhecimentos válidos para melhorar a vida das famílias assentadas.

A articulação entre as equipes da Embrapa Cerrados e do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária (GTRA), da Universidade de Brasília (UnB), buscou integrar os projetos de P&D e de educação do campo a outras ações políticas, econômicas e culturais, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos nas suas dimensões tecnológica, produtiva, educativa, ambiental e de organização social. Essa articulação evoluiu, incorporando outras instituições como o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e equipes locais, entre as quais se destacam a Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Técnica de Unai), as associações dos assentados, a Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (Factu) e a Cooperativa Agropecuária de Unai Ltda. (Capul).

Com base nessas articulações, criou-se um espaço de diálogo, estruturado pelas pressões internas e também pela identificação de demandas dos agricultores. Os autores ressaltam, entretanto, que o grande desafio para a consolidação desse processo consiste em promover também inovação nas estratégias de articulação entre as instituições para atender às demandas do desenvolvimento da agricultura

³ O capítulo 1 tem como autores: José Humberto Valadares Xavier, Mônica Castagna Molina, José Luiz Fernandes Zoby, André Luiz Torres e Marcelo Leite Gastal.

familiar e produzir conhecimentos e experiências por meio de referências técnicas, econômicas e sociais, possibilitando a ampliação dos espaços criados.

O **capítulo 2** – *Um olhar sobre os enfoques e métodos no Projeto Unai*⁴ – aborda os princípios teórico-práticos que orientam as ações, as ferramentas e os métodos mobilizados e articulados em torno do dispositivo metodológico proposto. Essas ações se basearam em quatro linhas complementares: a) fortalecimento da organização dos agricultores; b) melhoria do processo produtivo; c) manejo dos recursos naturais e da fertilidade do solo; d) estabelecimento de relações favoráveis com o mercado.

Os métodos usados foram, em sua maioria, participativos, mas, quando necessário, o projeto também recorreu aos métodos clássicos no que concerne aos estudos agrônômicos e socioeconômicos. No entanto, todos os envolvidos vivenciam um processo de aprendizagem que exige desafios a serem superados por um processo de ação-reflexão-ação em que se transformou o Projeto Unai.

A análise da trajetória da articulação das formas organizacionais presentes no projeto, isto é, os espaços de articulação e de planejamento conjuntos, e seus desdobramentos e limitações, é apresentada no **capítulo 3** – *As organizações sociais: trajetórias, lições e perspectivas*⁵. Uma das instituições locais analisadas é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Unai, que representa a maior parte dos trabalhadores sem-terra, assalariados e acampados.

Entre as limitações analisadas, encontram-se os coletivos estruturados dos agricultores que, para estes, funcionam em geral como um meio de garantir a atividade lucrativa, permitindo a permanência na terra. Para os pesquisadores, entretanto, esses coletivos funcionam numa perspectiva de fortalecimento da organização interna dos agricultores.

O Município de Unai, localizado na mesorregião noroeste de Minas Gerais, é uma das principais bacias leiteiras do estado. A pecuária leiteira exerce papel histórico na estruturação das unidades de agricultura familiar, em especial de assentados da reforma agrária, tendo grande relevância para elas graças à possibilidade de diversificação de renda com a venda de animais.

⁴ O capítulo 2 tem como autores: Eric Sabourin, José Huberto Valadares Xavier e Bernard Triomphe.

⁵ O capítulo 3 tem como autores: Marcelo Nascimento de Oliveira, Eric Sabourin, Iara Guimarães Altafin e Suênia Cibeli Ramos de Almeida.

Porém, a intensificação do processo de capitalização e do avanço tecnológico no campo é visível no sistema agroindustrial do leite.

Esse contexto é abordado no **capítulo 4** – *O mercado do leite em assentamentos de reforma agrária: acompanhamento e avaliação de ações técnicas e sociais*⁶ –, que propõe uma reflexão sobre as ações e limitações da pesquisa e do desenvolvimento voltados para a estruturação da atividade leiteira com assentados.

O capítulo se inicia pela explicitação das principais características da produção de leite dos agricultores da região e mostra que, a partir da década de 1990, cooperativas e laticínios nacionais foram sendo gradativamente incorporados por empresas estrangeiras responsáveis por processar mais de 60% do leite produzido no Brasil, afetando os diversos segmentos da cadeia produtiva. Como consequência, os agricultores familiares, como unidades isoladas, enfrentam restrições financeiras para incorporar equipamentos, como os de resfriamento de leite, e para cumprir a legislação sobre os indicadores de qualidade.

Essas condições aumentam a organização dos agricultores em torno da comercialização coletiva do leite. O trabalho do Projeto Unai contribuiu para intensificar a atividade leiteira como estratégia para a viabilização das famílias e para o fortalecimento da organização daquelas que estão envolvidas principalmente em ações coletivas, como as dos tanques de uso coletivo, que favorecem a inserção do leite no mercado e aumentam a renda dos assentados.

Apesar das consequências positivas que esse processo apresenta, principalmente para a melhoria da alimentação e da qualidade zootécnica do rebanho, provando que a agricultura familiar pode produzir leite de qualidade, os resultados indicam a necessidade de mais estudos que desenvolvam – mediante o uso de metodologia compatível com as características desses agricultores – processos de gestão da propriedade rural para as unidades familiares de produção.

O **capítulo 5** – *Processos de inovação em plantio direto no cultivo de milho grão sequeiro para agricultura familiar*⁷ – apresenta os processos de

⁶ O capítulo 4 tem como autores: Iara Guimarães Altafin, Marcelo Nascimento de Oliveira, Mauro Estenio Façanha Pinheiro, Adriana Calderan Gregolin e Simone Perecmanis.

inovação associados ao sistema de plantio direto (SPD) no cultivo do milho grão sequeiro pelos agricultores, as potencialidades e as dificuldades encontradas no seu processo de construção. No projeto, a cultura do milho foi identificada, por meio de Diagnóstico Rápido e Dialogado (DRD), como o cultivo mais importante em relação à quantidade plantada (44% da área plantada), em que 78% de sua produção destinava-se à alimentação de aves e suínos e ao gado na estação seca. No entanto, a produtividade do milho era baixa, por causa do uso de práticas manuais.

Para superar essa deficiência, os agricultores assentados incluíram nos planejamentos estratégicos participativos (PEPs) propostas relacionadas à mecanização da produção, que não se concretizaram em razão da escassez financeira. A alternativa proposta pelos técnicos foi, então, viabilizar a produção do milho dos agricultores por meio do manejo baseado em sistema de plantio direto, com uso de tração animal e de plantas de cobertura.

Os resultados, conforme descritos nesse capítulo, mostraram a viabilidade do SPD para produção de milho pelos agricultores assentados, mas também indicaram a necessidade de mais estudos para superar os problemas ainda enfrentados por eles. Um desses estudos consistiria em realizar trabalhos que conduzam à capacitação dos agricultores familiares, pois somente o acesso às informações técnicas – por meio de dias de campo ou cursos – não é suficiente para a promoção da autonomia desses agricultores diante das práticas exigidas pelos sistemas de produção, bem como para o uso de ferramentas de avaliação que integrem a visão dos agricultores no processo decisório e para a avaliação de impacto do SPD.

No **capítulo 6** – *A formação de agentes de desenvolvimento local*⁸ –, aborda-se a experiência de formação de 60 estudantes de 35 assentamentos da Superintendência Regional (SR) 28, do Incra, que se encontra no Município de Unai. Os cursos foram realizados com base nos princípios de desenvolvimento sustentável, exigindo exercícios de respeito e cooperação à organização comunitária, e de trajetos de aprendizagens que não se limitam à simples transferência de conhecimentos e tecnologias.

⁷ O capítulo 5 tem como autores: Fernando Antonio Macena da Silva, Eric Scopel, José Humberto Valadares Xavier e Bernard Triomphe.

⁸ O capítulo 6 tem como autores: Suênia Cibeli Ramos de Almeida, Claudia Valéria de Assis Dansa, Mônica Castagna Molina, José Humberto Valadares Xavier e José Luiz Fernandez Zoby.

O capítulo mostra que a formação é um processo lento e, portanto, precisa ser considerada como um princípio que tenha continuidade, tanto nos processos formais (cursos, reuniões), quanto na convivência diária entre os sujeitos envolvidos. Os cursos tiveram como princípio formativo a alternância, trabalhada sempre na perspectiva de integrar os conteúdos pedagógicos com as situações vividas pelos alunos no seu cotidiano agrícola, por meio de ações denominadas de “tempo escola” e “tempo comunidade”.

As principais limitações desse processo, como a fragilidade da formação de nível médio de parte dos alunos e certo grau de despolitização de alunos e professores, bem como a pouca experiência de professores e monitores para acompanhar atividades extraclasse – como o “tempo comunidade” –, precisaram ser trabalhadas pela equipe do Projeto Unai, que buscou a construção de um formato adequado para lidar com a complexidade do processo formativo.

Mas o processo formativo também apresentou potencialidade de naturezas diversas – entre as quais o aprendizado da gestão compartilhada e as redes que se formaram entre a Escola Agrícola de Unai e a comunidade –, ampliando a visibilidade da escola diante dos agricultores, que passaram a vê-la como um centro de referência para a formação de agentes de desenvolvimento da agricultura familiar da região.

O **capítulo 7**, intitulado *Pesquisa, desenvolvimento e inovação com e para a agricultura familiar*⁹, enfoca os ensinamentos e as proposições que podem ser feitas com base na experiência do Projeto Unai.

Os autores do capítulo discutem a abrangência dos processos de P&D na agricultura, saindo da visão limitada de constituição de um produto tecnológico para tornar-se um processo contínuo e cíclico, iniciado com a identificação de demandas reais pelos usuários, passando pelo mapeamento dos conhecimentos existentes e encerrando-se na validação dos seus resultados em escala real, isto é, nos sistemas de produção, de forma a permitir o diálogo entre as diferentes representações dos agricultores e dos técnicos.

O Projeto Unai tem o mérito de envolver P&D no processo de desenvolvimento rural sustentável e solidário (DRSS), pois investiu na reflexão

⁹ O capítulo 7 tem como autores: Marcelo Leite Gastal, Suênia Cibeli Ramos de Almeida e José Humberto Valadares Xavier.

dos agricultores familiares sobre a geração e adaptação de métodos para a identificação de suas demandas reais; na reelaboração e aproximação das inovações técnicas e organizacionais; e, conseqüentemente, de inovação social.

Por fim, o capítulo destaca a necessidade de continuar investindo em métodos que propiciem a manutenção da dinâmica de mobilização para atuação das práticas coletivas dos agricultores assentados. E provoca os leitores a refletir quanto à possibilidade de operacionalizar esse tipo de trabalho em escala mais ampla, bem como ampliar as referências geradas por parte dos agentes de desenvolvimento das instituições de pesquisa, de ensino e de extensão, e das organizações dos agricultores.

